

AS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E CULTURA NA HISTORIOGRAFIA SOCIOCULTURAL DOS ANNALES: DAS CONTRIBUIÇÕES, INOVAÇÕES, CRÍTICAS E LIMITAÇÕES DA NOÇÃO DE MENTALIDADE HISTÓRICA

Fabício Gomes Alves*

Uma das contribuições mais importantes de Michel de Certeau para a teoria da historiografia foi, sem dúvida, o deslocamento de olhar operado em torno da pesquisa e escrita da história. Ao apontar os condicionantes ou determinações que imprimem verdadeiras marcas na elaboração do discurso historiográfico, Certeau chama atenção não para aquilo que obtemos como o resultado final de uma pesquisa historiográfica, mas sim para os mecanismos de fabricação que compõe essa mesma pesquisa. Assim, para desvendar os silêncios que regulam as práticas discursivas dos historiadores, seu interesse desviasse do produto da historiografia para o processo produtivo dessa mesma.

Diante disso, torna-se coerente apontarmos, antes mesmo de discorrermos sobre o tema propriamente dito, alguns dos condicionantes que contribuíram para que escolhêssemos dissertar sobre o tema proposto nesse simpósio temático nomeado *Teoria social, história social e historiografia*.

Desde já, é importante ressaltarmos que grande parte dessas reflexões são resultados parciais obtidos durante o primeiro semestre da pesquisa que desenvolvo no PPGH-UFPB (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba). O programa, que está estruturado na área de concentração *História e Cultura Histórica*, com linhas de pesquisa em *História Regional e Ensino de História e Saberes Históricos*, tem nos propiciado um alargamento de horizontes naquilo que se refere à orientação teórica.

Esperamos, assim, a partir do lugar social aonde nos situamos e dos interesses que temos em relação à temática, contribuir da melhor forma possível para o Encontro e para os debates em torno da teoria historiográfica, propostas pelo grupo de trabalho no qual estou inserido.

Iniciando, então, o debate, gostaríamos de chamar atenção para um aspecto importante dentro do tema que estamos discutindo. Inegavelmente, a penetração que a historiografia francesa obteve no Brasil deve ser considerada, sem dúvida alguma, como um aspecto relevante para todos aqueles historiadores interessados em perscrutar as formas que determinados temas, conceitos, teorias ou metodologias, adquiriram na historiografia brasileira. Em se tratando do conceito de cultura histórica, é importante atentarmos para a influência que as formulações dos historiadores franceses tiveram, sobretudo, enquanto orientação teórica, na cultura historiográfica brasileira.

Dentre os que discutem essa noção, destacam-se, até onde podemos perceber, autores como Bernard Guenée e Jacques Le Goff. No que se refere ao primeiro, podemos afirmar que este expõe aquilo que compreende como cultura histórica, em obra, não traduzida ainda para o português, intitulada *Histoire et Culture Historique dans l'Occident Médiéval*. Apesar de ser um autor menos conhecido no Brasil se comparado a Le Goff, suas idéias circularam entre alguns historiadores brasileiros, dentre os quais destaca-se Evaldo Cabral de Mello. Este último, abre a sua obra *Rubro Veio* com uma epígrafe que expressa o pensamento de Guenée sobre a relação entre a história e a memória.

Como dissemos acima, Jacques Le Goff também pode ser apontado como um dos principais historiadores franceses que veicula idéias acerca dessa noção de cultura histórica. Representante da terceira geração dos *Annales*, esse historiador tem inúmeros trabalhos traduzidos em língua portuguesa. Suas obras foram bastante traduzidas tanto no Brasil quanto em Portugal, países aonde a historiografia dos *Annales* repercutiu veementemente. Dentre os inúmeros trabalhos de Le Goff publicados no Brasil, destacamos, sobretudo, a coletânea de ensaios do autor, reunidos sob o título de *História e Memória*. Nesse livro, que tem grande circulação na historiografia brasileira, como atestam suas várias edições, é exposta de forma explícita a noção de cultura histórica. Tendo em vista a atestada receptividade que o autor dispõe no Brasil, analisaremos, a partir desse momento, aquilo que Le Goff compreende como cultura histórica.

Para enfrentar essa difícil tarefa, o autor em questão parte da definição de Bernard Guenée, que estabelece como cultura histórica “a bagagem profissional do historiador, sua biblioteca de obras históricas, o público e a audiência dos historiadores” (GUENÉE, apud LE GOFF, 1996: p. 47). No entanto, apesar de, aparentemente, adotar essa orientação, Le Goff não deixa de exprimir reservas a Guenée quando acrescenta que sua preocupação, no que se refere à cultura histórica, estende-se também para a relação que uma determinada sociedade mantém com o passado. A partir desse momento, o historiador dos *Annales* começa a associar e usar como sinônimo as noções de mentalidade histórica, psicologia coletiva e cultura histórica (LE GOFF, 1996: p. 47). Apesar de reconhecer alguns dos riscos característicos de uma abordagem orientada a partir da noção de mentalidade, o autor, contraditoriamente, afirma ser possível e viável uma análise sobre a multiplicidade de representações do passado, orientada pelo conceito mentalidade (LE GOFF, 1996: p. 48).

O professor Flores chama atenção para essa incoerência, quando afirma que as noções de “cultura histórica e mentalidade histórica não podem ser portadoras epistemológicas de uma mesma significação”. De fato, a noção de mentalidade, forjada pelos primeiros *Annales* na primeira metade do século XX, parece defasada perante os problemas e orientações que caracterizam aquilo que se entende como cultura histórica. Enquanto modelo de história cultural, que floresceu no entre-guerras junto com uma série de outras abordagens sobre a cultura, a história das mentalidades e, portanto, o conceito de mentalidade que alimenta a noção de

mentalidade histórica, vincula-se aos moldes de racionalidade moderna, hegemônicos durante a primeira metade do século XX. Sendo assim, a concepção de cultura formulada por essa tradição historiográfica francesa mostra-se descompassada, na medida em que compreende as formações culturais como algo homogêneo e harmônico.

Essa concepção de cultura produzida pelo conceito de mentalidade, que é considerada uma espécie de vertente ou faceta específica da história social francesa, é criticada, também, por Carlo Ginzburg, que censura as extrapolações indevidas e o caráter interclassista preponderante na história das mentalidades. Como herdeira das constatações acerca da mentalidade primitiva ou pré-lógica desenvolvidas por Lucien Lévy-Bruhl, o conceito de mentalidade histórica pensa os fenômenos culturais a partir de uma classificação que coloca em campos opostos cultura e natureza. O resultado é uma espécie de hierarquização das formações culturais, que passam, dentro dessa lógica, a ser entendidas como visões de mundo que evoluem linearmente do simples para o complexo.

Todas essas advertências ajudam-nos a melhor compreender os motivos que fazem com que o termo mentalidade histórica seja portador de uma outra significação epistemológica, diversa daquela que caracteriza a cultura histórica. A estruturação excessiva das análises, a atenção oferecida às permanências e ao inconsciente coletivo, as generalizações desproporcionais e o seu caráter interclassista. Todos esses elementos dificultam bastante o desenvolvimento de uma abordagem mais voltada para a multiplicidade. De fato, a noção de mentalidade histórica adotada por Le Goff tende, apesar do esforço do autor, a homogeneizar as diversas e múltiplas representações sobre o passado.

Essa tendência à homogeneização das representações sobre o passado pode ser vista, quando o autor tenta sintetizar, brevemente, as diversas relações que as sociedades ocidentais mantiveram com o seu passado ao longo do tempo. Le Goff, que não questiona os processos de produção, circulação e recepção das diversas culturas históricas consideradas, acaba desenvolvendo a mesma concepção de cultura interclassista, outrora contemplada por Febvre. Além disso, essa propensão em torno do homogêneo faz com que, ainda, não se perceba, facilmente e claramente, os limites entre a cultura histórica e a cultura historiográfica. Le Goff (1996: p. 48), afirma que tomou, em sua investigação, “os historiadores como os principais intérpretes da opinião coletiva”, porém, procurou “distinguir as suas idéias pessoais (dos historiadores) da mentalidade coletiva”. Todavia, na medida em que a noção de mentalidade histórica tende a estruturar suas análises sobre a cultura, essa orientação torna-se opaca ao longo do seu exame, gerando, assim, dificuldades em torno da distinção entre os agentes e meios próprios de uma cultura histórica, bem como os agente(s) e meios específicos de uma cultura historiográfica.

Diferentemente dessa abordagem, a orientação expressa pela noção de cultura histórica preza, justamente, pelo multiculturalismo, exposto na pluriorientação das representações sobre o

passado. A articulação que esta guarda ainda entre cultura e economia política permite a elaboração de uma análise que ultrapassa a abordagem interclassista. A cultura deve ser vista, assim, em uma abordagem orientada pela noção de cultura histórica, não enquanto fenômeno histórico homogêneo e harmônico, mas sim como um campo heterogêneo e conflituoso. Especialmente nesse momento, fase de desenvolvimento do capitalismo tardio, a cultura, que cada vez mais assume a forma de representação sobre o passado, deve ser considerada como legítimos produtos culturais, verdadeiras mercadorias que, como quaisquer outras, estão sujeitas à produção, circulação e consumo (FLORES, 2007: p. 84-94). Essas questões, assim como muitas outras, não são consideradas por Le Goff. É uma pena, pois, são justamente elas que inviabilizam a equivalência entre as noções de mentalidade histórica e cultura histórica.

Todavia, apesar das insuficiências apontadas na noção de mentalidade histórica veiculada por Le Goff, não podemos negar que o mesmo, assim como os outros autores discutidos ao longo do texto, oferecem reflexões importantes, que ajudam a compreender a orientação teórica circunscrita nos domínios da cultura histórica. Dessa forma, destacaremos algumas importantes reflexões de Le Goff. De início, é necessário atentarmos para as observações que o autor expressa acerca da cultura historiográfica. Assim, Le Goff aponta, apesar de tornar opaca, em alguns momentos, a distinção entre cultura histórica e historiográfica, aspectos relevantes naquilo que se refere à orientação teórica expressa em torno da cultura historiográfica.

Dentro dessa perspectiva, merece menção a relação que o autor estabelece entre cultura histórica e história da história, que é a maneira como os historiadores franceses definem a história da historiografia. Le Goff (1996: p. 48-49), atenta para o fato de que a história da história não deve preocupar-se somente com a produção histórica elaborada por historiadores profissionais. Outrossim, esse domínio da história científica deve interessar-se, também, pelo conjunto de produções históricas ou representações sobre o passado que constituem a cultura histórica de uma época. Ao colocar essa discussão, esse historiador francês permite-nos refletir melhor sobre as interconexões existentes entre a cultura histórica e historiográfica. Até que ponto a memória coletiva ou cultura histórica repercute na cultura historiográfica? Até que ponto uma determinada cultura historiográfica interfere na memória coletiva? Sem dúvidas, nesse aspecto reside uma questão central que deve ser considerada de forma detida.

Além disso, Le Goff (1996: p. 52) faz interessantes ponderações acerca dos determinantes que caracterizam a relação que uma sociedade mantém com o seu passado. Segundo ele, a cultura histórica de uma época está longe de ser determinada apenas pelas relações entre a história e a memória. Em torno das diversas representações sobre o passado, agem também, imprimindo-lhe verdadeiras marcas, as relações entre o presente e o passado. Le Goff, assim, aponta de forma coerente os laços que unem o presente vivido, seja por uma sociedade ou por um historiador, a uma determinada cultura histórica ou historiográfica. Sem sucumbir no relativismo absoluto, é importante, em qualquer estudo preocupado em analisar a história da historiografia, considerar o

presente vivido ou a vida prática cotidiana dos historiadores, pois, esse aspecto determina diretamente a relação que estes teceram com o passado. Todavia, esse historiador francês não se limita a esses elementos. Ele assinala, ainda, uma série de outros fatores que podem, igualmente, condicionar a cultura histórica ou historiográfica. Os meios técnicos de medição, registro e transmissão do tempo e dos fatos históricos, a oralidade, a escrita, o mito, os elementos étnicos, a religião, as práticas irracionais e as fantasias poéticas, todos esses fatores contribuíram, segundo o autor, para determinar as mais diversas representações sobre o passado (LE GOFF, 1996: p. 48-75).

Astor A. Diehl expõe, da mesma forma que Le Goff, questões importantes, que auxiliam todos aqueles dispostos a se orientar melhor naquilo que se refere à cultura historiográfica. O autor, ao comentar o caráter dual da cultura brasileira (tradicional/ moderno), aborda aspectos relevantes que dizem respeito à transmissão, circulação e recepção das idéias. Diehl acredita, que a dualidade manifestada na cultura brasileira é fruto dos processos históricos, das práticas sociais e das realidades culturais específicas. Todas essas experiências particulares, junto aos diversos meios de veiculação das idéias, determinaram, ao longo do tempo, as mais variadas representações sobre o passado elaboradas no Brasil (DIEHL, 1993: p. 7-17).

Partindo dessa premissa, o autor em questão apresenta as três formas de receptividade teórico-metodológica que condicionam a cultura histórica e a cultura historiográfica brasileira. Segundo ele, as interpretações ortodoxas, adaptadas e críticas, enquanto formas de receptividade, formam uma espécie de matriz da história da recepção, responsáveis pelo desenvolvimento das estruturas de pensamento e formas de operacionalização (DIEHL, 1993: p. 24-25). Para esse historiador, que desenvolveu uma pesquisa de fôlego acerca da cultura historiográfica brasileira, a historiografia do nosso país produziu, pelo menos até a crise de paradigmas epistemológicos da década de 1970, um saber histórico e historiográfico pouco alicerçado em sua experiência concreta. Como resultado, então, desenvolveu-se, na historiografia brasileira, uma recepção acrítica dos modelos e soluções europeus, que foram elaborados a partir de experiências culturais diferentes da nossa (DIEHL, 1993: p. 33-34).

Todas essas observações nos colocam diante de uma problemática que consideramos fundamental em nosso projeto que, como já dissemos, objetiva estabelecer a receptividade entre a historiografia dos *Annales* e dois autores representantes da moderna produção histórica no Brasil. Diante de tudo que foi dito por Diehl, percebemos o quanto à atenção em torno dos deslocamentos de tempo e espaço, são importantes em uma análise que objetiva estabelecer as características de uma produção histórica produzida por historiadores. Tempo, espaço e movimento, associado às experiências culturais específicas, determinam, em certa medida, as orientações, as funções e o sentido de uma cultura historiográfica (DIEHL, 1993: p. 32).

É importante ressaltarmos ainda, que esse mesmo aspecto que associa tempo, espaço e cultura histórica, foi também enfatizado pela professora Godoy. Esta, atenta para o fato de que tanto a

cultura histórica quanto a historiográfica, não deve ser compreendida como algo estático, homogêneos e atemporal. Ao contrário, ambas devem ser pensadas como portadoras de tempo, espaço e movimento, pois, variam em torno de fluxos de desterritorialização (movimento de deslocamento das identidades culturais), territorialização (movimento de delimitação de novos espaços, representações, identidades culturais) e territorialidade (os espaços, representações e identidades coletivas delimitadas). Toda essa dinâmica, possibilitaria, segundo a autora, a construção do ser, do mundo e da sociedade, configurando, ainda, uma determinada cultura histórica e/ ou historiográfica.

Inegavelmente, todas essas constatações desenvolvidas ao longo do texto mostram-se, a princípio, pertinentes ao tipo de interesse e problemas que direcionamos ao nosso tema. Todavia, será somente o contato com as fontes catalogadas, que nos permitirão dizer qual dessas orientações condizem com a realidade concreta, manifestada pelos indícios da documentação. Por enquanto, as hipóteses são muitas, mas elas serão diminuídas, aumentadas ou reformuladas, na medida em que forem experimentadas ao longo da pesquisa.